

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.551 - MG (2019/0356807-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA PEDROSO - SP074389  
ANDRÉ LUÍS CERINO DA FONSECA E OUTRO(S) - SP225178  
THIAGO FELÍCIO DE OLIVEIRA LIMA - SP400794  
AMANDA BORGES MARUYAMA - SP414506  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : RAPHAEL QUIRINO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **RAPHAEL QUIRINO** contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Relator do HC n. 1.0000.19.142898-6/000, que indeferiu tutela de urgência lá impetrada e manteve a prisão cautelar do paciente por suposta infração ao art. 33, 35, 40, III, todos da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, o impetrante alega ausência de fundamentação idônea para a prisão cautelar. Destaca, ainda, que o paciente possui condições pessoais favoráveis.

Requer, portanto, a superação da Súmula 691 do STF para que o paciente seja colocado em liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares.

### É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF (AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

No caso, de uma análise perfunctória dos autos, observa-se, **por ora**, ser manifesta a ilegalidade imposta ao paciente.

Em primeiro grau, o Juiz converteu a prisão em flagrante em preventiva sob a seguinte motivação:

"[...]

*In casu*, através de investigações ocorridas em processo em que se apura o delito de receptação, o flagranteado naquela ação, Eduardo Rossi Marcon, em depoimento prestado perante a autoridade policial, disse que adquiriu a substância entorpecente então apreendida em um bar, de propriedade do ora denunciado Raphael (fls. 08).

Apurou-se, ainda, que o estabelecimento em questão foi locado para Carlos Eduardo Gonzaga e que a partir do ano de 2.015 o mesmo estabelecimento passou para a responsabilidade do ora denunciado Raphael.

Apurou-se, também, a existência de várias ocorrências policiais no

estabelecimento já mencionado, envolvendo a detenção de usuários e tráfico ilícitos de drogas (fls. 52/90).

Com efeito, ainda que superficialmente, há prova da materialidade delitiva e indícios da autoria dos crimes em que o réu foi denunciado pelo RMP.

Os crimes imputados ao réu reclamam pena de reclusão privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, atendendo, assim, o disposto no inciso I do art. 313 do CPP.

Dessa forma, o comportamento eleito viola, neste exame primeiro, a ordem pública e fomenta a realização de crimes, apresentando-se as prisões como garantia à sociedade e assegurar a aplicação da lei penal. (e-STJ, fls. 22-24)

Segundo se infere, o julgador não trouxe dado concreto algum que demonstre o *periculum libertatis*. O decreto preventivo está baseado exclusivamente na gravidade abstrata do delito, e sequer houve a individualização da conduta da agente.

Nesse contexto, tenho, por ora, como suficiente a imposição de outras medidas do art. 319 do CPP à paciente, atento à previsão legal da custódia cautelar como *ultima ratio*, sobretudo porque está certificado nos autos sua primariedade.

Assim, é forçoso concluir que a pretensão do impetrante reveste-se de fumaça do bom direito com densidade suficiente a autorizar a concessão da liminar postulada, razão pela qual a liberdade provisória, ao menos nesse primeiro momento, é medida que se impõe.

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA NO DECRETO PRISIONAL. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO. I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. II - In casu, os fundamentos que deram suporte à custódia cautelar do recorrente não se ajustam à orientação jurisprudencial desta Corte, porquanto a simples invocação da gravidade genérica do delito, nem mesmo a quantidade de droga apreendida (15 g de cocaína e 17 g de maconha e 1 g de crack), não se revelam suficientes para autorizar a segregação cautelar com fundamento na garantia da ordem pública. III - Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso, tendo em vista a ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva. Recurso ordinário provido para revogar a prisão preventiva do recorrente, salvo se por outro motivo estiver preso, e sem prejuízo da decretação de nova prisão, desde que concretamente fundamentada, ou da imposição de outras medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP" (RHC 94.589/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 1º/3/2018, DJe 7/3/2018).

# Superior Tribunal de Justiça

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E CORRUPÇÃO ATIVA. SÚMULA 691/STF. MÉRITO JULGADO NA ORIGEM. ACÓRDÃO CARREADO AOS AUTOS. PRISÃO PREVENTIVA. PEQUENA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA EXTREMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO . 1. A aceitação de habeas corpus impetrado contra decisão que indeferiu a liminar em prévio writ se submete aos parâmetros da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, somente afastada no caso de excepcional situação, o que ocorre na espécie dos autos. 2. Com o julgamento superveniente do habeas corpus e a denegação da ordem, o Tribunal de Justiça transmuda-se em autoridade coatora. 3. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração do que consiste o periculum libertatis. 4. Na hipótese dos autos, os argumentos que fundamentam a custódia estão dissociados de elementos concretos aptos a justificar a prisão processual do paciente. A pequena quantidade de droga apreendida na posse do acusado (3,27 g de cocaína e 20,7 g de maconha) evidencia a desproporcionalidade da medida extrema que é a custódia cautelar. 5. Ordem concedida para revogar o decreto de prisão preventiva em discussão, ressalvada a possibilidade de decretação de nova prisão, se demonstrada concretamente sua necessidade, sem prejuízo da aplicação de medida cautelar diversa nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal. Prejudicado o pedido de reconsideração (Petição n. 115.725/2018 - às fls. 110/129) da decisão que indeferiu o pedido urgente" (HC 433.071/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 3/4/2018).

À vista do exposto, **defiro** a liminar postulada para garantir à paciente a liberdade provisória até o julgamento definitivo deste *habeas corpus*, se por outro motivo não estiver preso, determinando ao magistrado de primeiro grau a fixação de medidas cautelares alternativas, nos termos da Lei n. 12.403/2011.

Ressalvo, ainda, a possibilidade de nova decretação da custódia cautelar, caso demonstrada a necessidade.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Minas Gerais e ao Juízo de Primeiro Grau, solicitando-lhes que prestem as informações que entenderem necessárias.

Posteriormente, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para análise e parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

